

**BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE  
OCUPAÇÃO DE ESTUDANTES NAS INSTITUIÇÕES  
EDUCACIONAIS (2015-2016)**ON THE STUDENT OCCUPATION MOVEMENT IN EDUCATIONAL INSTITUTIONS  
(2015-2016)Raphaella Ferreira Mendes<sup>1</sup>Danyelle Nilin Gonçalves<sup>2</sup>

**Resumo:** A “Primavera Secundarista” foi um fenômeno caracterizado pela ocupação das Escolas públicas, Universidades e Institutos Federais em todo o território nacional, no período de 2015-2016. O movimento teve como liderança, jovens estudantes da rede pública de ensino, trazendo como pauta a Reforma do Ensino Médio, e Emenda Constitucional nº 55, conhecida como "pec do teto". O protagonismo feminino surgiu como um dos elementos latentes desse período. Podemos dizer que a condição juvenil, além de ser socialmente construída, tem também uma configuração espacial e temporal. Isto é, o processo histórico e social vividos pelos sujeitos são formados através da configuração territorial e ao longo da sua trajetória histórica. Baseado nas pesquisas desenvolvidas anteriormente na região paraibana (AUTORA;2017;2020), e atualmente no doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociologia/UFC, o artigo se debruça sobre o movimento de ocupação das escolas, atentando para os discursos dessas sujeitas egressas desses movimentos e as repercussões das questões de gênero na cultura política dessas jovens em suas falas. Para tal, utilizou-se o recurso de questionários, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Apontamos inicialmente que nem todas as participantes se desmobilizaram politicamente, por outro lado, a iniciativa de buscar novos espaços para se expressar ampliando a própria noção de “política”.

Palavras-chaves: escola; mulheres; juventude; ocupação; trajetórias.

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós - Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Mestra em Ciências Sociais no Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCG; Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal da Paraíba. Atuou no Programa de Iniciação à Docência (PIBID) em Sociologia, através da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), e no Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE), pelo Programa de Licenciaturas (PROLICEN), ambos vinculados à Universidade Federal da Paraíba, no período de 2013 a 2017. Desenvolve pesquisas sobre lideranças de mulheres nos movimentos sociais contemporâneos, principalmente durante a “Primavera Secundarista” em 2015 e 2016 no Brasil. Com as áreas de interesse: Movimentos Sociais, Gênero e Juventude. E-mail: raphaellaffm@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia. Professora Associada IV do Departamento de Ciências Sociais e Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: danyelle.nilin@ufc.br

**Abstract:** The “Secondary Spring” was a phenomenon characterized by the occupation of public schools, universities and federal institutes throughout the national territory (2015-2016). The movement was led by young students from the public school system, bringing as its agenda the Reform of Secondary Education, and Constitutional Amendment n° 55, known as "PEC do Ceto". Female protagonism emerged as one of the latent elements of this period. We can say that the youth condition, in addition to being socially constructed, also has a spatial and temporal configuration. Based on research previously carried out in the Paraíba region (AUTHOR;2017;2020), and currently in her doctorate in the Sociology/UFC Postgraduate Program, the article focuses on the movement of occupation of schools, paying attention to the speeches of these subjects who graduated from these movements and the repercussions of gender issues on the political culture of these young women in their speeches. To this end, questionnaires, semi-structured interviews and focus groups were used. We initially point out that not all participants demobilized politically, on the other hand, the initiative to seek new spaces to express themselves expanded the very notion of “politics”.

Keywords: school; women; youth; occupation; trajectories.

## 1 Introdução

Na contemporaneidade, a ocupação, como forma de mobilização, marcou um aspecto comum com insurgências no mundo todo. No século XXI, a inconformidade com a realidade social, política e econômica propiciou o surgimento de movimentos como a “Primavera Árabe” (2011), o “Occupy Wall Street”, em Nova York (2011), a “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006) e, no Brasil, as Ocupações das Escolas (2015-2016) que evidenciaram, em escala mundial, o protagonismo político dos jovens.

No Brasil, as mobilizações ocorridas nos anos de 2015 e 2016 resultaram de uma série de acontecimentos no contexto político, dentre elas duas propostas que afetariam diretamente os estudantes secundaristas. A primeira foi a reforma do Ensino Médio, que estabelecia a mudança de carga horária, a reformulação do modelo de escola integral, a diminuição da quantidade de horas das aulas da formação geral básica e a implementação de ciclos escolares e itinerários formativos, que flexibilizam a obrigatoriedade da oferta de disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia. A segunda, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 241/2016 ou n.º 55, a depender da casa legislativa em que o projeto tramitou, que criou um teto de gastos de 20 anos em setores como o da Educação. O projeto foi aprovado em 16 de dezembro de 2016 e se transformou na Emenda Constitucional n.º 95/2016.

A “Primavera Secundarista” foi o nome atribuído a esse fenômeno brasileiro, caracterizado pela paralisação das atividades escolares rotineiras em face ao contexto político vivido pelos estudantes da época. Mas não era uma paralisação como outras que

já haviam ocorrido. Esta, além do protagonismo ser dos próprios estudantes, ensejou a ocupação física de mais de mil escolas, institutos federais e universidades públicas em todo o território nacional, de acordo com a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES, 2016)<sup>3</sup>. Em pouco tempo, os alunos passaram a ocupar em tempo integral esses espaços para realizar atividades pedagógicas, políticas e culturais, e atividades vitais, como comer e dormir, ou seja, usos muito distintos dos que já realizavam em seu cotidiano nas instituições. Buscavam, com isso, pressionar os governos para resolver as demandas já históricas e estruturais da educação brasileira.

A primeira onda das ocupações do Brasil teve início no final de 2015, com a participação dos alunos secundaristas das escolas de São Paulo, que lutavam contra as medidas do governo de Geraldo Alckmin do PSDB<sup>4</sup> (2014-2017), e que ficou conhecida como a “reorganização das escolas”.

As mudanças na estrutura das escolas paulistas baseavam-se na modificação da distribuição dos alunos por escola, isto é, alterar a perspectiva de separar as séries do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, na qual funcionava a mudança de ciclos. Logo, muitos alunos que estavam inseridos em escolas perto de suas residências deveriam mudar seu trajeto para se deslocar para unidades mais afastadas. Além da mudança do trajeto dos alunos, muitas famílias possuíam irmãos que estudavam na mesma escola e que, conseqüentemente, o mais velho tinha a responsabilidade de levar o irmão menor (Campos *et al.*, 2016). Deve ser ressaltada, também, a quebra da relação que os alunos já possuíam com a escola e a comunidade.

Essas medidas foram tomadas de forma unilateral e pouco discutidas com os pais e alunos, gerando várias mobilizações, como passeatas, que serviram de base para formular, posteriormente, as ocupações. Ocorreu, nesse período, em São Paulo, uma média de 200 escolas ocupadas, o que acarretou na reversão da decisão do governo estadual (Costa *et al.*, 2018).

Em São Paulo, seguindo o modelo desenvolvido pela “Revolta dos Pinguins” no Chile, foram confeccionadas cartilhas, principalmente pelo coletivo “Mal Educado”<sup>5</sup>,

<sup>3</sup> União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações. UBES, 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 27 maio 2024.

<sup>4</sup> Partido da Social Democracia Brasileira.

<sup>5</sup> No contexto brasileiro, o coletivo "O Mal Educado" emergiu como um ponto de intersecção de duas experiências significativas. A primeira delas, datada de 2009, envolveu estudantes da Escola Estadual José Vieira de Moraes, no extremo sul de São Paulo, que "se mobilizaram contra a diretoria" (CAMPOS,

em que fazem a tradução para o português destes materiais sobre como planejar e organizar o movimento de resistência às políticas de organização do governo. Nesta cartilha foi definida a ocupação das escolas, destacando o propósito pelo qual estão lutando, ou seja, chamando atenção para uma tomada de consciência sobre as motivações das mobilizações.

Começaremos com ocupações rápidas, que nos permitam usar nossas forças da forma mais efetiva possível. Não devemos nos desgastar no início da luta, além disso devemos deixar claro que não ocupamos as escolas porque queremos. Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tivessem se esgotado. Não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportamos as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar (GRÊMIO LIVRE, 2015, p. 3).

O processo de mobilização das escolas em São Paulo durante a manifestação contra a “reorganização”, foi fundamental para início para uma série de ocupações que seguiriam em São Paulo, no Paraná e diversos outros estados do Brasil nos meses seguintes. Ainda na efervescência do estado de São Paulo, em abril e maio de 2016, estudantes paulistas relatavam a falta ou fornecimento irregular de merendas nas Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETECs). Os estudantes ocuparam o próprio Centro Paula Souza, de onde foram retirados com uso da violência policial (Souza; Catani, 2019). Os manifestantes ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e, apesar de se retirarem após uma ordem judicial de despejo, conseguiram obter assinaturas suficientes de deputados estaduais para autorizar a abertura de uma investigação a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

A segunda onda das ocupações aconteceu no Paraná. A primeira escola paranaense foi ocupada em 03 de outubro de 2016. Segundo Almeida e Martins (2018), a ação coletiva no Paraná também já remontava um período histórico de embate com o governo estadual, conhecido pelo “Massacre de 29 de abril”, em 2015, quando os manifestantes de servidores públicos estaduais foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar (PM), por ordem do governador Beto Richa (PSDB). A PM usou bombas de gás, spray de pimenta e balas de borracha, deixando cerca de 200 feridos.

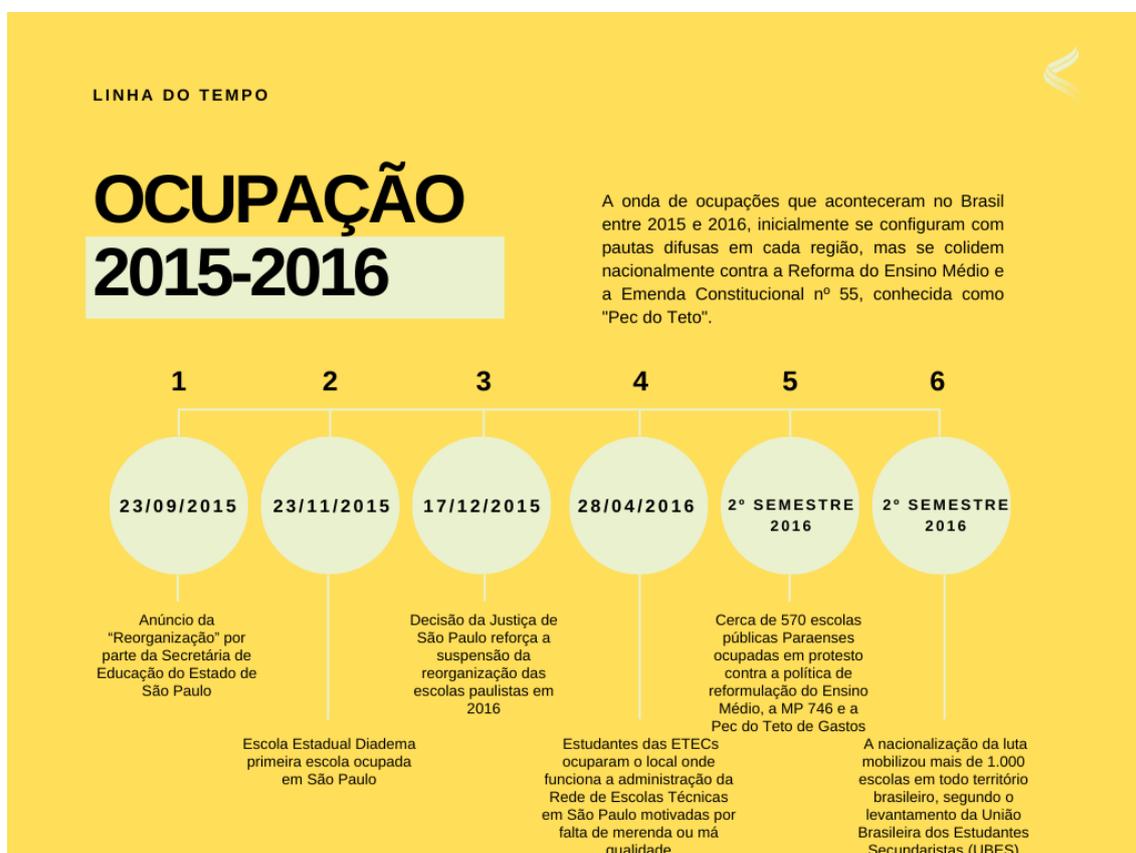
---

2016, p. 59). A segunda experiência, fruto da Poligremia (2010-2011), representou a articulação entre grêmios estudantis. O coletivo traduziu o manual “Como Ocupar um Colégio?” a partir de experiências argentinas, servindo como um guia para as táticas de mobilização. Nele, destacou-se a “Revolta dos Pinguins” no Chile (2006 e 2011) como exemplo emblemático, onde “as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos [...] até as reivindicações serem atendidas” (CAMPOS, 2016, p. 56).

No ano de 2016 o movimento tomou corpo e se espalhou pelo Paraná, ficando conhecido como o “Movimento Ocupa Paraná”, ganhando destaque nas mídias sociais através do seu *site* projetado para compartilhar a lista de escolas ocupadas e as formas de ajuda possíveis. Além disso, o próprio movimento denunciava os problemas da escola pública, sendo o estopim a falta de merenda nas escolas, que desencadeou a “Operação Quadro Negro”, que teve como base investigar o desvio de dinheiro relacionado à construção de escolas e uma má distribuição dos recursos públicos relacionados ao sistema educacional do Estado (Costa *et al.*, 2018).

Após o anúncio da Medida Provisória n.º 746/2016, com a Reformulação do Ensino Médio em setembro de 2016, as escolas paranaenses iniciaram, com grande destaque, a Primavera Secundarista, fase que concentrou o maior número de ocupações e serviu de modelo para as demais escolas de todo o Brasil, conforme demonstrado no Quadro 1 sobre a linha do tempo sobre as ocupações:

**Quadro 1:** Linha do tempo sobre as ocupações no Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

O estado de Minas Gerais contabilizou ocupações em 22 colégios da rede pública de ensino. O fato que marcou o estado mineiro, nesse período, foi o recuo ao projeto que visava dividir o prédio da Escola Estadual Ricardo de Souza Cruz, em Belo Horizonte, com o Colégio Militar, que funcionaria de maneira simultânea. Tal fato representou uma das conquistas para esses jovens (Costa *et al.*, 2018).

No estado do Rio de Janeiro, 74 escolas foram ocupadas e os manifestantes conseguiram resistir diante da violência policial e às tentativas da Secretaria de Educação em desarticular as suas ações. O movimento protagonizou momentos únicos com a colaboração de artistas que manifestaram apoio à organização estudantil. As mobilizações permitiram conquistar eleições diretas para diretoria das escolas, como também a reativação do Rio Card – cartão que garante o passe livre estudantil (Costa *et al.*, 2018).

No estado do Ceará foram ocupadas 60 escolas entre os meses de maio e julho de 2016. Com o apoio dos professores, que decretaram greve geral nesse processo, os cearenses conquistaram o repasse de R\$ 32 milhões para reformar os colégios e R\$ 6,2 milhões para melhorar a qualidade da merenda (Ximenes *et al.*, 2018).

É nesse contexto de lutas que a ocupação da primeira escola estadual da Paraíba acontece na cidade de Campina Grande. As marcas da passagem das ocupações na Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida, o “Gigantão da Prata”, como é conhecido, não se deram apenas neste espaço de ensino; aconteceram outras duas ocupações: na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e no Instituto Federal da Paraíba *campus* Campina Grande. Além disso, o Instituto Federal da Paraíba *campus* Cabedelo emergiu como campo de pesquisa por se tornar uma das primeiras escolas da Paraíba a ser ocupada, com duração da ocupação por 52 dias (MENDES, 2017, 2020).

Como já apontava em estudos sobre as ocupações na região paraibana (MENDES, 2017, 2020), mesmo em consonância com o contexto nacional, os jovens também exigiam demandas locais, como questões ligadas à infraestrutura, problemas com o refeitório, laboratório sem materiais, biblioteca e aulas vagas, bem como a abertura para debates sobre as questões de gênero.

Tornou-se perceptível, segundo Costa e Groppo (2018, p. 85), a existência de um novo ciclo de ações coletivas no Brasil e a demonstração de que as ocupações das escolas foram uma “poderosa forma de organização e luta, largamente autogestionária,

radicalmente democrática e participativa”. O desenvolvimento desses fenômenos na contemporaneidade inaugura uma fase da organização dos movimentos estudantis e vislumbra novas maneiras de materialização das relações sociais por esses jovens e evidencia, simultaneamente, os novos paradigmas que são postos na sociedade.

A aproximação com a Pesquisa Nacional sobre o Movimento de Ocupação, através do “Grupo de Estudos sobre a Juventude”, vinculado ao projeto de extensão da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), responsável por aglutinar pesquisas em diversos estados sobre as ocupações estudantis de 2015 e 2016, foi fundamental para troca de informações e aproximação dos dados entre pesquisadores de diferentes regiões do país.

Nesse sentido, é importante realçar como o “Grupo de Estudos sobre a Juventude” serviu para agregar às pesquisas que se debruçaram sobre a temática das ocupações em diferentes localidades, como São Paulo (Corti *et al.*, 2018), Pernambuco (Carvalho, 2018), Paraíba (Mendes; Toscano; 2020), Ceará (Ximenes *et al.*, 2018), Paraná (Almeida; Martins, 2018), Espírito Santo (Stocco, 2018), Rio de Janeiro (Costa *et al.*, 2019), e Minas Gerais (Costa, 2018). Nessas pesquisas, ficam evidentes as especificidades de cada local e como as questões de gênero podem se manifestar de maneiras distintas em cada região.

Durante as pesquisas sobre o movimento de ocupação na região paraibana (Mendes, 2018, 2020), foram observados pontos interessantes para pensar a juventude e a questão de gênero nas ocupações das escolas. Nesses casos observados, foi possível sinalizar a influência das correntes feministas, imprimindo formas de organização autônomas e sem lideranças centralizadas, formadas a partir da experiência pessoal e coletiva. Além disso, identificou-se que, para a maioria dos entrevistados, os “ocupes” foram o primeiro contato com algum tipo de movimento social na sua geração e podem ter sido momentos catalisadores na trajetória de vida dos ocupantes (Groppo; Silva, 2020; Mendes, 2020).

A horizontalidade, nesse sentido, reflete a possibilidade de participação dos sujeitos em um espaço democrático. Isto é, segundo Groppo e Silveira (2020), as ocupações escolares visaram transformar esse ambiente anteriormente privado e apolítico, caracterizado por hierarquias que segregam os indivíduos em estudantes, professores e administradores, em um espaço público onde todos, em princípio, são tratados como iguais.

Por isso, com a construção do diálogo mantido com os jovens envolvidos nas ocupações das escolas na Paraíba, houve o alargamento do olhar para o confronto que as mulheres desempenham nas configurações de poder tradicionais, como a política. Foi nesse contexto que o feminismo ganhou espaço e se tornou um dos símbolos desse período político que estava em evidência desde as jornadas de julho de 2013, principalmente mediante as estratégias de organização e a presença de pautas relacionadas, proporcionando a abertura de múltiplas vozes em “seus lugares de fala”.

O movimento de ocupação criou frases como “Ocupa o Poder, Ocupa Tudo”, que repercutiu e atingiu mulheres de gerações diversas. Movimentos sociais contemporâneos, como a Marcha Mundial das Mulheres, demonstram que as estratégias utilizadas durante o período de ocupação são baseadas nas formas de organização autônomas. Posteriormente encontramos fenômenos sociais como o “Ele Não” (Brasil) e o “Maio Feminista” (Chile), seguindo o modelo que dilui a mediação representativa e protagonizada por singularidades por meio da exposição de narrativas e experiências pessoais que são marcas da influência da corrente feminista (Hollanda, 2018).

Ao perceber que tais fenômenos emergem na contemporaneidade, a autora Heloisa Buarque de Hollanda (2018) defende que se inaugura uma nova passagem da corrente feminista no Brasil, o que seria a quarta onda feminista, em que ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo: “elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação” (p. 11).

A partir desse recorte, é possível compreender, inicialmente, que a experiência estudada com o movimento de ocupação proporcionou acionar elementos presentes na realidade, colocando em questão as relações sociais estabelecidas historicamente e que apontam definições dos papéis de gênero e seus espaços localizados dentro da estrutura social, principalmente no campo político. Emergindo questões amplas como a mulher e o poder, sobretudo pensando na participação da mulher na política como juventude pulsante.

Por isso, é necessário, também, entender o poder do processo histórico na trajetória das jovens envolvidas nesse processo. Ao reunir tais indícios, constitui-se o interesse de aprofundar a investigação para questões como a mulher e o poder nesses novos movimentos estudantis do Brasil, principalmente, implicando o contexto político nas percepções sobre o momento atual e a relação com o passado de “ocupante”. Nesse sentido, o objetivo central do artigo pretende analisar a trajetória das mulheres egressas

dos movimentos de ocupação, compreendendo a repercussão das questões de gênero na cultura política dessas jovens, observando, nesse percurso, a estrutura organizacional das mobilizações, identificando os mecanismos de participação da mulher nesse contexto, além de verificar as estratégias utilizadas para construção das demandas.

Então, pensando nos aspectos que compõem a pesquisa, categorias como juventude, política e gênero parecem ser as mais recorrentes a serem trabalhadas. Logo, o exercício de fazer perguntas ao objetivo, as perenes dificuldades desse processo. Assim, nas pesquisas em Ciências Sociais, o pesquisador acompanha os processos sociais que cercam o objeto, mas também compreende os impasses do próprio pesquisador nesse embaraço (Becker, 2015).

Dessa forma, aprofundando os caminhos metodológicos, foram mobilizados dois momentos de pesquisa: inicialmente com as pesquisas realizadas na região paraibana (Mendes, 2017, 2020) e, posteriormente, com a atual continuidade, com a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociologia/UFC nos anos de 2022-2023, em que foram acionados questionários e entrevistas para contemplar a trajetória do objeto pesquisado.

Na primeira fase, as estratégias adotadas a fim de conceber esse lastro foram por meio das pesquisas já realizadas, nas quais se utilizou a técnica de entrevistas semiestruturadas, executadas individualmente e, em seguida, combinado com momento coletivo de realização do grupo focal, destinado aos indivíduos envolvidos na pesquisa, servindo como instrumento para acessar a experiência dos fenômenos vivenciados por esses sujeitos (Mendes, 2017, 2020).

Naquele momento, a utilização do grupo focal foi fundamental para alcançar os objetivos da pesquisa. Segundo Minayo (2006), o grupo focal proporciona um espaço de criação e de discussão no qual os indivíduos manifestam suas percepções acerca de um determinado fenômeno, contribuindo, assim, para uma melhor percepção do fenômeno em questão.

Além da incursão metodológica sobre a realização do grupo focal com os alunos que fizeram parte da ocupação me propiciar os primeiros passos para as experiências metodológicas em relação a questões envolvendo o Instituto Federal de Cabedelo, o processo de aprofundamento do resgate histórico, nesse caso, foi um processo fundamental para compreender sua dinâmica de funcionamento.

A segunda fase metodológica da pesquisa compreende o processo histórico com os desafios de pesquisar um objeto que foi atravessado pelo período pandêmico do Covid-19 e, também, há a complexidade que possui a distância temporal a partir dos eventos realizados.

Por isso, foram utilizados os recursos digitais de arquivos pessoais e de páginas dos “Ocupes”, como publicações, fotos e vídeos que representam esse período, fazendo, concomitantemente, o processo de transferir esses arquivos para uma pasta em armazenamento virtual, no sentido de preservar, ou até mesmo organizar, os registros lá mantidos. Os depoimentos como forma de caminho metodológico se debruçam sobre indivíduos que já foram participantes da pesquisa, além de recortes de aspectos imagéticos que foram distribuídos nas páginas em redes sociais dos “ocupes”.

O questionário serviu de maneira exploratória ao campo de estudo, atuando como processo de reconhecimento e acesso inicial, sendo divulgado nos eventos da área das Ciências Sociais nas páginas do *Facebook* das ocupações da época, e também através das relações com o Grupo de Pesquisa da Juventude, como no caso das entrevistas do Ceará e São Paulo.

Nesse recorte, a necessidade de captar novas entrevistas se deu por meio do recurso de estratégia da “Bola de Neve”, sendo uma técnica de amostragem não probabilística na qual recorreremos aos próprios jovens para que indiquem novos participantes para a pesquisa. Com isso, durante o período de 2022 a 2023, foram realizadas entrevistas com mulheres que fizeram parte do movimento de ocupação das escolas em diversas regiões, com idades, situações políticas, econômicas e sociais distintas, que serviram de base para construção analítica da trajetória das sujeitas. Como demonstra no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Caracterização dos secundaristas entrevistados pós-ocupação

NOME/ ESTADO	IDADE EM 2016/2023	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	COR OU RAÇA	ENSINO MÉDIO/ ENSINO SUPERIOR	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS ANTES DA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS DURANTE A OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS DEPOIS DA OCUPAÇÃO	ATUALMENTE TRABALHA?	OCUPARIA NOVAMENTE?
Ana Júlia (PR)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Branca	Cesmag/ Direito na PUC-PR e Filosofia na UFPR	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Comunicação	Deputada Estadual pelo Paraná	Trabalha e estuda	Não
Ariano (PR)	17 anos/ 24 anos	Mulher Cis	Bissexual	Parda	Olavo Bilac/ História na UEL	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Sindicato Autônomo Independente	Trabalha e estuda	Sim
Gabriella (PR)	15 anos/ 22 anos	Mulher Cis	Bissexual	Parda	Cesmag/ Design na UFPR	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Trabalha e estuda	Sim
Isla (PB)	14 anos/ 21 anos	Mulher Trans	Heterossexual	Branca	IFPB Cabedelo/ Ensino Técnico	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação	Militante Petista, movimento estudantil, Miss Trans Paraíba	Trabalha informalmente	Sim
Lalie (PR)	18 anos/ 25 anos	Mulher Cis	Homossexual	Branca	UEL/ Publicidade e propaganda, vendas e Marketing na UEL	Militante da União da Juventude Socialista (UJS)	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação	Se candidatou como Deputada Federal pelo PCdoB, porém, não é mais vinculada a nenhuma militância política organizada	Trabalha formalmente	Sim
Lígia (PR)	14 anos/ 21 anos	Mulher Cis	Bissexual	Preta	Colégio Aplicação da UEL/ Psicologia na UEL	Grêmio Estudantil; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Trabalha com projeto social numa comunidade através da música, pintura, dança, poesia e sarau	Trabalha e Estuda	Sim
Madu (PB)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Parda	IFPB Campina Grande/ Economia UFCCG	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Participa de torcida organizada, exaltação da função do exército como modelo moral e se arrepende de ter participado da ocupação	Apenas estuda	Não
Poliana (PR)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Branca	Colégio Estadual Basílio de Luca/ Gestão Financeira na PUC	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Trabalha e estuda	Sim

NOME/ ESTADO	IDADE EM 2016/2023	GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	COR OU RAÇA	ENSINO MÉDIO/ ENSINO SUPERIOR	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS ANTES DA OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS DURANTE A OCUPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS POLÍTICOS DEPOIS DA OCUPAÇÃO	ATUALMENTE TRABALHA?	OCUPARIA NOVAMENTE?
Yumi (PR)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Amarela	Cesmag/ Biotecnologia naUEL	Nenhum	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Trabalha e estuda	Sim
Gabi (CE)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Bissexual	Preta	Liceu/ Serviço Social UFC	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Participa de um projeto social voltado para debate entre mulheres na escola pensado através da ocupação	Trabalha e estuda	Sim
Emily (PB)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Branca	IFPB Cabedelo/ Psicologia FPB	Grêmio Estudantil	Alimentação; Organização; Segurança; Comunicação e outros	Associação através da Igreja dos Mórmos	Apenas estuda	Não
Ynaê (PR)	17 anos/ 24 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Branca	Cesmag/ Odontologia na UFPR	Grêmio Estudantil	Organização; Comunicação e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Apenas estuda	Sim
Amanda (PR)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Branca	Cesmag/ Serviço Social + Marketing ambos pela PUC	Grêmio Estudantil; Grupo Religioso	Organização; Comunicação e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo e organização	Trabalha e estuda	Talvez
Rafaela (PR)	17 anos/ 24 anos	Mulher Cis	Panssexual	Branca	Unidade Polo/ Enfermagem na UEL	Grêmio Estudantil	Organização; Segurança; Comunicação e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Apenas estuda	Sim
Beatriz (BA)	17 anos/ 24 anos	Mulher Cis	Bissexual	Preta	Centro Territorial de Educação Profissional/ Licenciatura em Ciências Sociais na UESB	Grêmio Estudantil; Grupo Religioso; Associação de moradores	Organização; Segurança; Comunicação e outros	Organizada no movimento estudantil universitário	Trabalha e estuda	Não
Camila (PB)	16 anos/ 23 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Preta	Estadual da Preta/ Comunicação Social na UFCG	Grêmio Estudantil	Organização; Comunicação; Segurança e outros	Associação de bairro e movimento estudantil universitário	Trabalha e estuda	Talvez
Isa (RJ)	18 anos/ 25 anos	Mulher Cis	Heterossexual	Preta	Colégio Estudal Prefeito Mendes de Morais/ Direito pela UERJ	Grêmio Estudantil	Alimentação; Comunicação; Segurança e outros	Não é ligada a nenhuma associação, coletivo ou organização	Trabalha e estuda	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2023).

A fissura temporal proporcionada pelo movimento de ocupação funciona como abertura de um mundo utópico, torna-se porta de entrada para interpretar a realidade

social e problematizar as questões estruturais da sociedade enquanto exercício reflexivo. As utopias enquanto ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, para alguns teóricos, possuem uma função crítica e subversiva da realidade social, conseqüentemente as tornando revolucionárias. Pensando o contexto brasileiro, pode-se dizer que o movimento de ocupação das escolas é um acontecimento que se revela uma potente imagem utópica.

De acordo com Vila Nova (1985), a socialização permite ao indivíduo desenvolver sua personalidade e ser aceito na sociedade. Esse processo é essencial não apenas para a integração do indivíduo em sua comunidade, mas também para a manutenção e continuidade dos sistemas sociais. Por isso, nesse curso, as percepções da influência do processo de socialização dos ocupantes, sua entrada no mundo do trabalho e as cobranças para decisões da vida adulta, por exemplo, começam a fazer parte do cotidiano e se tornam parte das suas trajetórias de vida.

Segundo Bringel e Pleyers (2015), o cenário político e os fatos e acontecimentos que encontramos desde o início do Governo Bolsonaro, em 2018, revelaram a incapacidade de enxergarmos a política como um processo, e não apenas como somatização de eventos. Assim como é indispensável pensar o ambiente político brasileiro desde 2016, também se faz necessário colocar um olhar nas ações que traçaram do passado até o momento atual. Para isso, é importante pensar a complexa cadeia de atores, tendências, temporalidades e relações de poder que certamente contribuem para impactos sobre o objetivo de estudo pesquisado e compreender a repercussão da política na vida desses jovens.

### **3 Desenvolvimento**

Dissertar sobre juventudes e a definição de sua construção histórica se torna algo complexo (Dayrell, 2003), principalmente compreendendo que, nas Ciências Sociais, ela é concebida como uma categoria socialmente construída, atendo-se à compreensão no sentido plural de juventudes.

Tal concepção é forjada, nas sociedades modernas, a partir de um processo sócio-histórico de ‘etarização’ da vida, gerando uma “cronologização do curso da vida” (Groppo, 2000), momento esse em que os indivíduos são divididos em faixas etárias como um dos critérios de atribuição de direitos e deveres aos cidadãos. Na legislação (BRASIL, 2013), são consideradas jovens pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29

(vinte e nove) anos de idade, segundo Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13, Art. 1º, § 1).

A categoria juventude perpassa por diferenças sociais e espaciais, fazendo-se necessário compreender as desigualdades que fazem parte das diferentes formas de condição juvenil, como gênero, sexualidade, acesso à educação, moradia, lazer, condições de trabalho e renda - para além dos limites etários -, entendendo as diferentes condições em suas representações simbólicas e relações sociais; portanto, a juventude enquanto categoria, é diversa.

A escola se constitui como um espaço de interações afetivas e simbólicas dos jovens, relacionadas, principalmente, com o contexto social dos indivíduos - o bairro, a escola e o contexto social onde residem. O processo de socialização na escola se torna importante porque é justamente nesse momento em que os jovens entram em contato com os outros (LIMA FILHO, 2014).

“A turma de amigos”, que se forma nesse contexto da escola, vem a ser uma referência clara na trajetória desses sujeitos: é com eles que conversam, que convivem e trocam experiência. Segundo Pais (1993, p. 94), os amigos do grupo “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”.

Segundo Vila Nova (1985), embora a socialização seja mais intensa na infância e na adolescência, ela é um processo contínuo. À medida que mudam de grupo e de posição social, as pessoas precisam se adaptar a novas situações, aprendendo novos modos de agir e de pensar. Além disso, todas as sociedades estão sempre mudando, transformando seus padrões de organização. Por isso, o autor define a socialização secundária como fundamental para o processo social dos indivíduos ao afirmar:

[...] a socialização secundária é a que se refere à aprendizagem de padrões de comportamentos especiais para determinadas posições e situações sociais. Se o indivíduo assume determinada profissão, é através da aprendizagem dos conhecimentos e das técnicas, bem como da assimilação dos padrões de conhecimento próprios ao exercício daquela ocupação que ele se submete à socialização secundária necessária à sua adaptação à nova posição e às situações sociais que daí decorrem (Vila Nova, 1985, p. 6).

Por isso, inicialmente, com as ocupações, foi possível observar que os jovens ocupantes evidenciaram, com o movimento, que é concebível um modelo de educação que “ultrapasse as paredes da sala de aula e os muros da escola”, pois o “aprendizado

não se limita ao acesso aos conteúdos” (Zinet, 2016, p. 2). Na perspectiva de pensar o movimento de ocupação das escolas como uma experiência de aprendizado que não é contemplada nos currículos formais das escolas, as atividades realizadas pelos ocupantes mostraram que “não estão alheios às questões políticas do país e que são capazes de realizar ampla mobilização para a luta em prol de uma educação pública e de qualidade” (Boutin; Flach, 2017). E foi a defesa ao acesso a conteúdo para além das disciplinas consideradas “básicas” que mobilizou os estudantes a ocuparem suas escolas, contrariando a ideia de que o uso de disciplinas como Sociologia e Filosofia na educação pública não são consideradas importantes (Macedo; Espíndola; Rodrigues, 2016).

Nesse sentido, as vozes que ecoam nas ruas a partir de 2013 no Brasil, ao primeiro momento, mostram-se difusas, destoantes e com um interesse em comum: permanecer presente como corpo político e emitir sua mensagem política. Iniciando com o foco nos transportes públicos e, posteriormente, incorporando diversas pautas como saúde, educação e corrupção, concretizaram-se de forma multifacetada, seguindo correntes e fluxos distintos, demarcando uma ruptura geracional de protesto e manifestações protagonizadas pela juventude brasileira, possibilitando a abertura de um campo de análises que podem partir por diferentes recortes.

O que foi produzido durante a ocupação ultrapassou aquele momento. O grafite desenhado na parede da Escola Estadual Elpídio de Almeida (Gigantão da Prata): OCUPA PRATA, durante a ocupação em 2016, por exemplo, permaneceu exposto, até no ano em que essa foto foi feita, em 2018. A pintura representa uma história vivida por esses jovens secundaristas da rede pública de ensino. Deve ser ressaltado que essas fotos não são as únicas marcas; além de registro fotográfico e vídeos, as lembranças, transmitidas através dos seus discursos, permanecem vivas.

Embaladas pelas lembranças e resquícios da memória diante de acontecimentos marcantes nas suas trajetórias, algumas meninas descreviam a experiência única: ocupar seu colégio. De certo, a luta tornou-se maior do que os R\$ 0,20 centavos, o “fora corrupção” e o movimento sem partido; ela transcendeu e abriu espaço para a discussão sobre a escola pública, a política e o debate de gênero.

**Figura 1 – Ocupa Prata**



Fonte: Foto 1: Esquerda Diário. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-Luta-dos-Secundas-Continua-A-Primeira-escola-estadual-e-ocupada-na-Paraiba>. Acesso em: 27 maio 2023; Foto 2: Arquivo Pessoal.

Bernard Lahire (2014) alerta que o questionamento sobre utilidade esconde, em seu caráter, uma proposta servil à dominação. No servir está implícito o controle da reprodução, do fazer algo em prol da construção não emancipatória, de um processo engessado resultante de uma heteronomia, e este serviço não é colocado como de empoderamento do exercício das Ciências Sociais, mas de se exercer controle sobre elas.

Segundo Dayrell (2003), a conjuntura social é um fator importante nas condições que possibilitam, ou não, um pleno desenvolvimento de potências juvenis, estando os jovens brasileiros suscetíveis a fatores que os fazem desprovidos da proteção pela vida, e possuem como necessidade “a busca de outras formas de realização e proteção, considerando a situação de vulnerabilidade a que é exposto, no atual contexto” (Silva; Galetto; Bastista, 2020, p. 08).

Se inicialmente observou-se que a ocupação se tornou o movimento que reuniu indivíduos que manifestaram o primeiro contato com algum tipo de organização estudantil, como aconteceu em diversas ocupações no país, foram enxergados alguns aspectos fundamentais para construção das trajetórias dessas sujeitas.

Os aspectos similares relacionados refletem em relação à organização dos “ocupes”, como os mecanismos *on-line*, as assembleias e a ausência de lideranças definidas, o que pode representar a retroalimentação com outros movimentos sociais. Crucialmente por um elemento comum, o movimento de mulheres, principalmente, relacionado à gestão do movimento de ocupação.

As estratégias utilizadas durante esse período reforçam a influência da corrente feminista, criando formas de organização autônomas, sem lideranças centralizadas, formadas a partir da experiência pessoal e coletiva, que vieram a se tornar marcos operacionais inseridos nos novos movimentos sociais, como na ocupação.

O espaço promovido pelo movimento de ocupação nas escolas (2015-2016) pode funcionar como um dos exemplos da acentuação da participação das mulheres nos movimentos estudantis na contemporaneidade, por vezes atuando como destaque:

Além disso, não dá pra formar sujeitos críticos, conscientes, empáticos, politizados, se a gente não colocar essa galera na rua, se a gente não falar que a escola é além de quadro e cadeiras, e sem falar que as pessoas precisam se preocupar umas com as outras e com o que está acontecendo na realidade. Porque essa galera sabe a importância de ter alguém por nós, fazer pelos nossos. Então espero, de coração, que ninguém mais precise fazer uma narrativa como essa do futuro, que todas as pessoas tenham direito à dignidade, e quando a gente está falando de dignidade, estamos falando necessariamente de ajudar as mulheres, ajudar preto, ajudar pobre, de ajudar toda essa galera. Então respeite os secundaristas, respeite os estudantes, porque a gente fez por merecer e a gente sabia o porquê estava lutando (Luísa, 17 anos, entrevista realizada em 08 out. 2019).

A crescente transformação no processo histórico dos movimentos estudantis pode ser relacionada pela influência dos movimentos feministas, que atuam no ataque à distribuição de formas hierarquizadas de funcionamento, e permitiu considerar que os espaços materializados durante as ocupações são reflexos de tais influências.

O movimento de mulheres dentro das ocupações ganha destaque nas raízes da distribuição organizacional, nas pautas e nas afetividades acionadas. Por isso, o aspecto que se destaca durante os movimentos observados, por mais que cada um se diferencie nos arranjos situacionais de organização, são as mulheres presentes no movimento que

demarcam seu ponto em comum. Representam novas formas de articulação, impulsionadas através das novas tecnologias da informação e a articulação de assembleias deliberativas.

Como a literatura ressalta, o movimento social, uma vez sendo organizado por mulheres, tem o potencial de sinalizar, devido a essa maior participação feminina, para o encaminhamento de demandas correspondentes às suas necessidades (Gohn, 2008).

Deve ser destacada a importância do movimento feminista como organização dos movimentos sociais, desenhando o papel de demandar a luta por melhorias nas condições das mulheres. No momento da ocupação foi possível discutir gênero dentro do espaço escolar, a partir de palestras, de oficinas, de um contato mais direto e da união dos estudantes, o que possibilitou um debate mais efetivo, no qual os indivíduos poderiam se manifestar e expor suas vivências, mas, além de tudo, poder entrar em contato com a diversidade.

Como consequência desse processo, segundo relatos, no Instituto Federal da Paraíba *campus* Campina Grande, a organização estudantil ficou mais sólida, pois “ninguém nos deu uma receita de como fazer, foi justamente a capacidade de perceber que nós poderíamos realizar uma ocupação” (Maria, 19 anos, entrevista realizada em 21 out. 2019).

A formação de um espaço em que foi possível estabelecer confiança entre os membros e comunicação e práticas de atividades engajadas nas questões presentes na juventude forneceu elementos para identificar um aspecto presente nas ocupações: o acolhimento. A criação de um espaço amplamente democrático, no qual os indivíduos estavam frequentemente em contato com os outros, possuindo um canal aberto de diálogo, corporificou a presença da participação de mulheres e de pessoas LGBTQIA+ nesse processo. Como afirmou Petra, 17 anos, em entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2019:

Eu acredito que foi um processo empoderado para nós mulheres, porque foi difícil, no início, impor a voz. A galera sempre desacreditou muito, então, **enquanto mulher, foi muito forte isso de conseguir impor minha voz, para ser ouvida.** E acabou que a gente tomou a frente, aí sempre quem estava mais a frente era mulheres, **era mulher negra, era LGBT, gay, lésbicas,** sempre essa galera que o pessoal bota pra trás, **era a galera que estava falando,** quem dava entrevista, quem dialogava com os pais, que dialogava com a direção, era sempre essa galera (grifo nosso).

A abertura para aceitarem indivíduos que historicamente foram retaliados por fugirem dos padrões de comportamento estabelecidos socialmente, compõe, em sua maioria, a estrutura dos membros do movimento de ocupação. Nesse sentido, os dados representam que o espaço que em um determinado período afasta, retalha e poda a inserção de diálogo sobre esses temas, pode ser o mesmo espaço que frutifica os indivíduos para promoverem essas discussões, nesse momento promovidos pela espontaneidade dos estudantes.

As dinâmicas estabelecidas durante a ocupação permitem elaborar críticas ao sistema de educação básica que carrega um sentido bancário (Freire, 1971), baseado no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e usados numa data programada, mas que também envolvem uma questão de raça, gênero e território, como afirma Camila, 18 anos, em entrevista realizada durante um evento no dia 30 de agosto de 2019:

E aí não tem como falar das pessoas que ‘colaram’ nas ocupações sem fazer o recorte de raça, gênero, território e condição financeira. Porque eram necessariamente essas pessoas, que estão acostumadas a serem apontadas, que fizeram parte do recorte das pessoas que estavam presentes lá (na ocupação). É necessariamente essas pessoas que sabem do que a gente estava falando quando dizíamos que, por 20 anos, os gastos públicos vão ser congelados, então só sabem quem vive, quem tem essa experiência. Eu sou filha de uma doméstica e um gesseiro, eu não sei outra narrativa que não seja o sufoco. Então quando eu vi que isso estava acontecendo, eu não quis me calar. Então ficar ocupando 34 dias minha escola não foi nenhum sacrifício, tendo em vista que meu irmão vai precisar lutar também. Então é uma coisa muito maior que eu, maior do que a gente que está aqui, mas que a gente teve coragem de enfrentar.

Nesse sentido, compactua-se com a Pedagogia Crítica de Paulo Freire, e a pedagogia feminista trabalhada por bell hooks, que tem como princípio a noção do prazer ao aprender, que a ideia da aprendizagem deve ser empolgante - principalmente pensando o entusiasmo no Ensino Superior -, sem que a todo tempo exista uma necessidade de práticas didáticas que sejam rígidas e em esquemas absolutos. Assim, sendo necessário pensar um ensino que permita as “transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas - esse movimento que transforma a educação como prática de liberdade” (hooks, 2013, p. 273).

De maneira geral, o que se observava nesse momento é que as mulheres, nessa fase, proporcionaram a criação da “Primavera Feminista” que, segundo a literatura, demonstra o surgimento de uma nova geração política, com a necessidade de pluralidade dentro da corrente feminista, com demandas específicas, assumindo seus lugares de fala.

Os feminismos da diferença inauguram, nesse momento, a espontaneidade das suas diversas pautas, com estratégias próprias e protagonismos coletivos, como afirma uma das ocupantes:

Mas eu acredito que para as mulheres ocuparem aquele espaço, participar das plenárias, colocarem demandas, foi libertador. Eram mulheres que tinham conseguido uma abertura de atuação política e a gente observava uma galera novinha que tinha acabado de entrar na universidade com 17, 18 anos, meninas muito novas, e que passaram quarenta dias dormindo na universidade (Lúcia, 25 anos, entrevista realizada em 14 nov. 2019).

A ocupação mostra que a pirâmide do poder, historicamente destinado aos homens em seu papel em instituições e no seio das relações, nesse momento declina. As mulheres estabeleceram um espaço de poder central, de articulação, de fala, e representação das demandas. Diferentemente da realidade apresentada pela formação do pensamento político da antiguidade, que definia o espaço da pólis, isto é, a cidade, o espaço público, como pertencente aos homens, enquanto às mulheres, escravos e animais era reservado a oikós, ou seja, o espaço doméstico (Segato, 1997).

O feminismo possibilita a emergência de um discurso consciente sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade. Logo, o ato de naturalizar as ações sociais desiguais corresponde a um processo moral e cognitivo que se torna hábito (Segato, 1997). Por isso, reproduz uma crença que passa a incorporar que o estado das coisas é imutável e, conseqüentemente, não poderia ser questionado.

Por isso, a ocupação desempenhou um espaço de acolhimento para diversos jovens LGBTQIA+. Como o aspecto comum observado nas ocupações da região paraibana, a aglutinação de jovens que, por estarem passando por processos semelhantes, como a rejeição dos familiares, encontraram nesse espaço um grupo afetivo de apoio.

Porém, o processo de transformação do movimento estudantil pode permanecer em contínua dualidade e há contradições ao analisar suas implicações no tempo

histórico e, conseqüentemente, nas mudanças nas formas de organização, atuação e práticas sociais. A experiência política proposta pode se materializar de diversas maneiras para cada agente participante ao longo do processo histórico.

Os processos de transformações nos modos de organização da sociedade, política e cultura dos movimentos estudantis, são fatos importantes para se atentar em relação às continuidades e rupturas dos movimentos estudantis do Brasil, à medida em que deixam claro que não são processos excludentes, mas que na realidade se retroalimentam.

Por isso, entre 2022 e 2023, começaram a ser compostos os caminhos investigativos da atual pesquisa acerca das trajetórias das mulheres que ocuparam escolas em diferentes estados do país, configurando-se uma forma multissituada, com o marco temporal e situacional a partir desse recorte. Foram realizadas entrevistas com mulheres que fizeram parte do movimento de ocupação das escolas de diversas regiões, idades, situações políticas, econômicas e sociais.

No primeiro momento, as dificuldades tornaram-se latentes, principalmente pelo espaço temporal de 7 (sete) anos de distância entre o fenômeno ocorrido e o presente estudo, mas, ainda assim, foi fundamental para a concretude do objetivo da pesquisa em relação ao conhecimento sobre a trajetória das ocupantes. A distância temporal mostrou-se relevante para a maturação do processo das experiências enquanto transição do processo inicial da juventude, deslocando-se do Ensino Médio, em sua maioria, para o Ensino Superior e/ou inserção no mercado de trabalho.

A ideia de criatividade descrita pela professora Irllys Barreira (2017) apresentou a necessidade de produzir um conhecimento a partir de um intenso envolvimento subjetivo entre o campo e o pesquisador. Isto é, sem dispensar o rigor científico, ser capaz de “refazer caminhos” diante do nosso campo, (re)aprendendo, assim, a descobri-lo. Logo, nota-se que as ideias e concepções sobre nossos objetos podem e, por vezes, devem mudar ao longo do tempo. Ou seja, permanecer coerente e consistente todo tempo não produz espaço para conhecer novos aspectos dos nossos objetos. Então, a Sociologia nos proporciona observar os fenômenos pelo olhar do campo e compreender o que ele diz e, sendo assim, deve ser observado o fator histórico das ocupações sob a ótica da área, mas não de maneira estática, e sim percebendo a maneira como aqueles jovens agem e como eles veem o mundo ao seu redor.

Diante disso, na segunda fase da pesquisa, a investigação parte de diversas instâncias da trajetória das mulheres que participaram dos “ocupes”. Compreendeu-se, inicialmente, que existe um processo de transição latente da fase das ocupações – à época adolescentes que, em geral, possuíam entre 14 e 16 anos, moravam na casa dos pais e por si só atravessaram uma fase de grandes demandas sociais - e agora, nessa nova fase da juventude, com idades entre 22 a 25 anos, desenvolveram outras dinâmicas da vida social, que são atravessadas por questões como a universidade, emprego e relações afetivas, que fazem parte dos elementos dos seus percursos atuais. Entender que a perspectiva do discurso dessas mulheres envolve esse processo de trajetórias do sair da adolescência para entrar na juventude, contando que tudo isso implica nas relações sociais das egressas do movimento de ocupação, é fundamental para perceber seus discursos atuais e como rememoram o passado.

Por isso, ao investigar a trajetória dessas jovens além do ponto de vista pessoal, também implica-se compreender elementos e contradições da história recente da política no Brasil. A partir das experiências desenvolvidas nos “ocupes”, que evidenciam que, ao mesmo tempo em que ocorre um crescimento das discussões sobre o feminismo, há desigualdade de gênero e a necessidade das mulheres ocuparem o poder, pode-se observar que a história corrente do país trouxe impactos na direção contrária, principalmente com as eleições de 2018, com o “Bolsonarismo” trazendo para a superfície toda uma ordem conservadora que era emergente e que se materializou em diversas instâncias da sociedade, inclusive em mulheres que participaram dos ocupes e que hoje se colocam defendendo pautas divergentes do que defendiam, com críticas ao feminismo e o reforço aos papéis tradicionais de gênero.

Os elementos reacionários já mostravam indícios, mesmo nas ocupações, com represálias de estudantes que apoiavam uma perspectiva de conservadorismo, principalmente impulsionado pelo antagonismo político presente na vida social, intrinsecamente relacionado com o ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), por meio das pautas morais e econômicas embaladas por uma forte carga emocional (Cunha, 2015).

Observa-se, então, que o cenário político que se desenvolveu a partir de 2016 se torna um fator importante para entender o processo analítico que cerca a história corrente, pois compreende-se coordenadas espaço-temporais amplas, como as eleições

de 2018 e os processos de bojo em que se compuseram a política recente do antipetismo, do antifeminismo, do anti-intelectualismo e/ou do negacionismo.

Segundo Bringel e Pleyers (2015), estamos diante de um novo “deslocamento de sentido”, viabilizado, nesse caso, pela elite política e econômica, pela difusão de ideias e valores conservadores e reacionários, pela articulação de repertórios e estratégias eleitorais compartilhadas entre candidatos autoritários, pela proliferação de *fake news* e pela construção de uma arquitetura de poder que patrocina e sustenta essas pautas e visões de mundo.

Compreendendo o Bolsonarismo como um projeto, para além de seus elementos específicos, parece ser, como tem argumentado Lynch (2020), fundamentalmente uma “utopia regressiva”, isto é, um projeto de reação, que somente pode ser compreendido em coordenadas espaço-temporais estendidas. Pensando o Brasil, em termos globais é fundamental levar em conta a atual geopolítica de poder que se materializa com o cenário após a crise global de 2008.

Desde então, segundo o autor, não vivemos apenas os efeitos diretos da crise sobre a população, os espaços e a economia, mas também uma exaltação do sentido de nacionalismos, uma crise das instituições que eventualmente demonstravam ser consolidadas, um afastamento do Estado e a Sociedade, com doses radicais de perspectivas coloniais, racistas, patriarcais e xenofóbicas, com uma nova face de autoritarismo social. Esse tipo de autoritarismo não se exerce apenas verticalmente, mas também horizontalmente, na fusão entre a violência do autoritarismo com os princípios da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Assim como as manifestações do século XXI possuem um caráter global, de certo o “Bolsonarismo” não existiria sem essas articulações e gramáticas globais do autoritarismo e do neoconservadorismo contemporâneo. Contudo, as condições gerais para a emergência do bolsonarismo como projeto e como processo, como afirma Bringel e Pleyers (2015), não se finaliza apenas no Bolsonaro como figura e gestão; na realidade, são elementos que ultrapassam as microdinâmicas de poder locais e regionais, fazendo parte da própria trajetória política brasileira e demonstram como movem as relações sociais desses sujeitos. Por isso, entender essa dinâmica se tornou fundamental para compreender as trajetórias das mulheres investigadas nessa pesquisa.

Nesse sentido, é preciso observar que o movimento de mulheres, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, é revestido de nuances ao longo da história e possui seu

desenvolvimento próprio em cada região. Como afirmou Pinto (2010), no Brasil, apenas no período da redemocratização, o feminismo se firmou como um campo de força dentro das instituições políticas e organizações não governamentais, mas a articulação do movimento de mulheres dentro dos movimentos sociais brasileiros possui marcos anteriores e uma das características é sua constante reatualização através do tempo e das condições sociais de cada lugar, incorporando, por exemplo, novas pautas para as mulheres.

A participação da mulher na política se mostra um marco complexo e profundo que possui também um caminho de análise, principalmente considerando a trajetória de mulheres diante da participação em um evento nacional, como as ocupações das escolas (2015-2016). Nesse sentido, pode-se aprofundar o confronto da experiência vivida com a política institucional e a dificuldade da real representatividade, enquanto nas experiências das ocupações as mulheres ocupavam os papéis políticos de forma concreta (Mendes, 2020; Silveira, 2019).

Nesse recorte estudado, pode-se perceber que a maioria das mulheres que participaram das ocupações em 2016 entrou, posteriormente, em cursos de nível superior. Dentre os cursos escolhidos por elas, algumas se direcionaram para a área de Humanas, pois, segundo seus relatos, a identificação com os debates e as pautas durante a ocupação geraram um certo tipo de relação com a área. Fato comum entre as estudantes que optaram pelos cursos de Ciências Sociais (02), Direito (02), Psicologia (02), Serviço Social (02), História (01), Comunicação Social (01), Publicidade e Propaganda (01) e Marketing (01), são os discursos sobre o interesse nas questões sociais brasileiras, no sentido de participar e entender a história que viveram, além da habilidade de diálogo com o público, manejo com as tecnologias da informação e a compreensão dos aspectos individuais e coletivos na área jurídica.

Como apontamentos através da pesquisa realizada na região paraibana (Mendes, 2017, 2020), e de acordo com pesquisas nacionais (Groppo; Silva, 2020), foi possível identificar que o grêmio foi o primeiro contato dos estudantes com algum tipo de organização política e pode ter sido catalisador para permanência no ensino, tanto que a maioria das ocupantes ingressou em cursos superiores.

Ao pensar a trajetória das ocupantes das escolas em 2016, por meio desse recorte, um dado inicial é sobre a continuidade do Ensino Superior. Por isso, o ensino é indispensável para pensar a contribuição do Sistema de Seleção Unificada (SISU) nas

políticas públicas, como as cotas raciais e sociais que foram estabelecidas. Ao passo que é possível identificar que as instituições educacionais não foram preparadas para os trabalhadores, essa sensação de “não pertencimento” pode ser naturalizada, colocando a universidade como esse ponto de encontro das contradições, já que, por outro lado, também é relatado que a universidade é um espaço de muitas descobertas.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1975), a educação é um investimento de longo prazo, e as classes populares enfrentam maiores dificuldades para realizá-lo; por isso, qualquer crise tende a impactar diretamente os pertencentes à classe trabalhadora. Nesse sentido, pode-se dizer que o Enem se encontra em crise desde 2015, porque a “crise dos diplomas”, ou a dificuldade de manter o empenho por tempo duradouro por dificuldades materiais, resulta na falta de interesse em participar do exame nacional, e a pandemia acabou ampliando essas desigualdades. Por isso, o Enem 2020/2021 foi o mais segregado, o que pôde ser constatado pela grande parcela de alunos faltosos na edição.

Outro ponto de destaque ao analisar a trajetória política das jovens, foi que o processo de organização inicial do grêmio no Ensino Médio não gerou continuidade de forma unânime do engajamento na militância, seja em Diretórios Centrais dos Estudantes ou Centros Acadêmicos (Ensino Superior), movimentos sociais ou movimentos estudantis, mas, de certo, gerou uma formação política. Como aponta Groppo (2022), tornou-se evidente, entre os aspectos nesse período, que nem todas as participantes se desmobilizaram politicamente e a iniciativa de buscar novos espaços para se expressar – ampliando a própria noção de “política” – também foi bastante recorrente.

Rancière (2011), ao pensar a formação política, desenvolve a noção de “cultura operária”, a partir da autoformação política e da emancipação intelectual através da vida cotidiana dos sujeitos, os lugares que frequentam, os espaços e indivíduos com os quais entram em contato. No livro “O mestre ignorante”, o autor expõe que devemos tomar a igualdade das pessoas como um pressuposto filosófico, uma ideia que os indivíduos tiveram que assumir enquanto sociedade e ver o que se consegue com ela. Todas as pessoas são fundamentalmente iguais, como sujeitos políticos, como pessoas de conhecimento, de saber, como indivíduos que podem construir algo novo. Então, o ponto de partida da ideia de Rancière é o pressuposto de igualdade em todas as pessoas:

igualdade intelectual, de ação política e também fruição estética, isto é, todas têm a capacidade de agir politicamente, capacidade de aprender, ensinar, criar.

Nesse sentido, a política, segundo Arendt (2007), nasce da interação entre as pessoas e se realiza no espaço público, logo, a origem da política é a ação de pessoas que eram tidas como incapazes de agir e de se expressar politicamente, indivíduos vistos como incapazes de ação política autônoma e incapazes de ter uma voz autêntica própria e que, ao agirem e falarem, furam a verdadeira política.

Segundo Groppo (2022), ao observar quem são essas pessoas na trajetória histórica, é possível compreender que, na república romana, eram os plebeus os incapazes de falar e participar da política. No século XIX eram os operários e as mulheres que não eram tidos como cidadãos, ou pertencentes à ordem política. E, no contexto da pesquisa das ocupações, encontramos os jovens, que são vistos como inaptos de praticar a política ou vistos como seres apáticos, desmobilizados, individualistas, centrados em seus próprios projetos pessoais e incapazes de visões coletivas (Gonçalves, 2012). No ano de 2016, principalmente os secundaristas, foram os agentes políticos contra a regressão da democracia. Eram adolescentes do Ensino Médio, tidos como incapacitados de compreender a política, a concepção de política pública e sua implementação, e seus impactos na própria vida dos sujeitos.

Nesse sentido, o que fica evidente são os aspectos gerais observados sobre a construção das mulheres que participaram do movimento de ocupação, porém com a necessidade de explorar os perfis individuais e classificá-los.

#### **4 Conclusão**

A memória, para alguns teóricos, é um fenômeno construído socialmente e individualmente, podendo ser agente capaz de fazer relação entre a memória e a identidade dos sujeitos, à medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si (Pollak, 1992).

É fundamental destacar que parte dessas meninas, que não votavam quando das ocupações, hoje votam e também já podem ser votadas, trazendo nas suas pautas políticas debates como educação e gênero. Como é o caso de Ana Júlia, que se tornou

deputada estadual pelo Paraná e traz no discurso a experiência dos “ocupes” e o engajamento político que surgiu naquele movimento.

Ainda encontramos trajetórias moderadas, formadas pelas jovens que participaram do movimento de ocupação, incentivadas, principalmente, pelos laços afetivos da “turma de amigos” e/ou por meio de uma consciência coletiva da importante participação em um fenômeno nacional com pautas de relevância para sua formação educacional, e/ou por meio do grêmio estudantil, mas que, ao longo do percurso pós-ocupação, não necessariamente se engajaram politicamente em outras associações, partidos políticos ou movimentos estudantis, mas, ainda assim, não se distanciaram da ideologia e visão política defendida durante os ocupes.

Dito isso, importante destacar que a ocupação foi uma experiência emblemática na trajetória das mulheres que participaram, pois atravessaram especificamente um contexto político e social do país, isto é, presenciaram e fizeram a história política acontecer. Por isso, foi necessário observar como esse grupo consegue olhar para o passado e fazer sua elaboração, sabendo quais os impactos dessa experiência e contexto nas trajetórias de vida delas.

Pode-se observar, assim, pelo menos a existência de três grupos definidos. O primeiro grupo com aquela jovem que participou da construção do movimento de ocupação na sua escola, sendo o grêmio estudantil um marco importante na formação política secundarista. A partir daí, tem sua trajetória engajada através das lutas políticas e sociais, tendo como princípio o engajamento em projetos nas causas educacionais, problemas sociais, é consciente dos conflitos das questões de gênero no campo cotidiano e, também, do processo institucional da política. Enquanto mulher, ela tem a pretensão de subverter esses valores enraizados. Possui afinidade ou participação em coletivos ou organizações de Esquerda (partidos políticos, movimentos estudantis e trabalhistas), contando com um processo de autoidentificação com as pautas raciais e LGBTQIA+.

O segundo grupo formado pela jovem que participou do movimento de ocupação incentivada, principalmente, pelos laços afetivos da “turma de amigos”, e/ou por meio de uma consciência coletiva da importante participação em um fenômeno nacional com pautas de relevância para sua formação educacional, e/ou por meio do grêmio estudantil. Possui um posicionamento saudosista em relação à participação, porém, ao longo do percurso pós-ocupação, não se engajou politicamente em outras associações ou

obteve participação coletiva em partidos políticos, movimentos estudantis ou projetos sociais, mas que, apesar disso, acredita que a política é um meio importante de tomada de decisões, reconhece os conflitos nas questões de gênero, a importância das lutas sociais e das pautas raciais e LGBTQIA+. Posiciona-se menos em relação aos debates políticos atuais, mas ainda acredita que os meios de reivindicação, como os realizados no passado, por meio das ocupações e/ou formas mais orgânicas, podem ser formas eficientes de engajamento político.

E o terceiro grupo formado por aquela que participou do movimento de ocupação de forma espontânea, inicialmente com vínculo gerado através do grêmio estudantil na escola, porém se arrepende de ter participado e julga que, por meio das experiências que viveu naquele momento, não ocuparia novamente. Tem oposição e críticas às pautas do pensamento compreendidos como de Esquerda, como feminismo e/ou teorias marxistas sobre o funcionamento da economia capitalista e/ou na forma de participação nos movimentos sociais. Considera importantes pautas de garantia de direitos para as mulheres, mas acredita na formação de uma relação e de uma família que possua necessariamente o homem e a mulher, sendo a mulher, nesse sentido, a partir da lógica conservadora, mantenedora das instituições sociais tradicionais e dos seus papéis sociais.

O fato é que o primeiro e segundo grupos ainda podem se cruzar, no sentido de partilhar características próximas como as pautas progressistas, as questões de gênero, LGBTQIA+ e lutas raciais, mas se distinguem principalmente pelo engajamento no campo da política institucional partidária, estudantil, projetos sociais. Porém, esses dois grupamentos se distinguem do terceiro.

Por isso, observamos que o movimento de mulheres, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, é revestido de nuances ao longo da história e possui seu desenvolvimento próprio em cada região. Como afirmou Pinto (2010), no Brasil, apenas no período da redemocratização, o feminismo firmou-se como um campo de força dentro das instituições políticas e organizações não governamentais, mas a articulação do movimento de mulheres dentro dos movimentos sociais brasileiros possui marcos anteriores, e uma das características é sua constante reatualização através do tempo e das condições sociais de cada lugar, incorporando, por exemplo, novas pautas para as mulheres.

Nesse sentido, as vozes das mulheres na política são, sim, "vozes diferentes". Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero diferenciadas (Miguel, 2001, p. 266).

Fica evidente que a literatura aponta que os mecanismos de inclusão não são um fim para si mesmos. A questão superada sobre a inclusão ou exclusão não se resume à problemática do acesso dos indivíduos ao campo político, mas sim, aos mecanismos que diferenciam internamente suas experiências.

Observa-se, então, que o cenário político brasileiro que se desenvolveu a partir de 2018 vislumbra um caminho para entender os diversos processos que cercam a trajetória política das jovens observadas, compreendendo aspectos como o "Bolsonarismo" e o arcabouço que fez parte da política do país como o antipetismo, do antifeminismo, do anti-intelectualismo e/ou do negacionismo, que fizeram parte da cultura política do país.

A participação da mulher na política se mostra um marco complexo e profundo, principalmente considerando a trajetória de mulheres diante da participação em um evento nacional, como as ocupações das escolas (2015-2016). Por isso, ao investigar a trajetória dessas jovens, além do ponto de vista pessoal, também implica-se compreender elementos e contradições da história recente da política no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Barros; MARTINS, Marcos Francisco. **As ocupações das escolas do Paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários**. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 175-200.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O labor criativo na pesquisa: experiências de ensino e investigação em ciências sociais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- BECKER, Howard Saul. **Truques da escrita**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOUTIN, Ana Cláudia Dias Batista; FLACH, Sílvia de Fátima. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Revista Inter Ação**, v. 42, n. 2, p. 429–446, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.45756>. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. *Nueva Sociedad*, p. 4-17, 2015.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio M. **Escolas de Luta**. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016.

CARVALHO, Soraia. **BORA OCUPAR: um documentário sobre as ocupações de escolas em Recife** [Vídeo]. YouTube, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDOMUQuGQdQ>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORRACHANO, Maria Carla; ALVES, José. **Ocupar e resistir: a insurreição de estudantes paulistas**. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 121-143.

SILVA, Silmara Carneiro e; GALETO, Pedro Henrique; BATISTA, Rafaela Karoline. Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora. **Emancipação**, n. 20, p. 9, 2020.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio (org.). *Movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. 328 p. **Praxis educativa**, v. 14, n. 1, p. 381-386, 2019.

CUNHA, Luis. A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., Porto Alegre, RS. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juárez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, pág. 40-52, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1971.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai-ago. 2008.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política**: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais. Campinas: Pontes, 2012.

GRÊMIO Livre. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 21 out. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Rodrigo. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 409-424, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. Editora Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **Ensinar a transgredir**. Routledge, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 45, n. 1, p. 103-118, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020). **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n. 105, p. 28-45, out./dez. 2020. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/edicao/105/a-utopia-reacionaria-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MACEDO, Regina Moura de; ESPINDOLA, Neila; RODRIGUES, Allan. “Não é só pelo diploma”: as ocupações das escolas e os processos curriculares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 04, p. 1358-1376, out./dez.2016. e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> Acesso em: 23 jan. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representações e “singularidade feminina”. **Revista Estudo Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

O MAL EDUCADO. Como ocupar um colégio? (Versão online). **Grêmio Livre**, 21 out. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em: 27 março 2024.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

MENDES, Raphaella Ferreira. **Das ruas às escolas: análise do movimento de Ocupação do Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo, no ano 2016**. Monografia defendida ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2017.

MENDES, Raphaella Ferreira. **“COMPANHEIRA ME AJUDA QUE EU NÃO POSSO ANDAR SÓ, SOZINHA ANDO BEM, MAS COM VOCÊ ANDO MELHOR”**: Mulheres, coletividades e organização no Movimento de Ocupação das Escolas em Campina Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) defendida pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2020.

MENDES, Raphaella Ferreira; TOSCANO, Geovânia da Silva. "Se prepare que o pavio vai acender": análise sobre o movimento de ocupação do instituto federal de Cabedelo/PB. **Caos: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Dossiê Juventude, Participação Política e Educação. João Pessoa/PB, 2020.

MENDES, Raphaella Ferreira. *Linha do tempo das ocupações estudantis (2015–2016)*. [Quadro 1]. 2024. Elaborado pelo autor.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Sociedade e Estado**, v. 12, n. 02, p. 235-262, 1997.

SILVEIRA, Isabella Batista. **"Lute como uma menina"**: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. 2019. 160 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1410>. Acesso em: 6 abr. 2025

GROPPO, Luís Antonio Groppo; SALLAS, Ana Luisa Fayet; MUNHOZ, Flávio (org.). **A Presença Da Felicidade**: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: Editora CRV, 2022.

SOUZA, Roseli Trevisan Marques de; CATANI, Afrânio Mendes. Movimento estudantil: as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo. **Revista Inter-Ação**, v. 44, n. 2, p. 475-498, 2019.

UBES (UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS). **UBES divulga lista de escolas ocupadas e pautas das mobilizações**. 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 27 maio 2024.

STOCCO, Aline Fae; MORAES, Livia de Cassia Godói. Ocupações secundaristas no Espírito Santo. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: **Pedro & João Editores**, 2018. p. 235-260.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. 1985.

XIMENES, Salomão *et al.* **“Ao Vivo É Muito Pior”**: Direitos, Resistência E Repressão Aos Estudantes Nas Ocupações De Escolas Do Ceará. O movimento de ocupações estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

ZINET, Camilla. **Escolas ocupadas mostram que outra educação é possível e necessária**. Centro de Referências em Educação Integral, 08 jun. 2016. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/escolas-ocupadas-mostram-que-outra-educacao-e-possivel-e-necessaria/>. Acesso em: 06 abr. 2025.